

Administração Pública e o *open-source*: a responsabilização e a flexibilidade

As últimas semanas têm sido pródigas em acontecimentos que relacionam o software *open source* com a Administração Pública. O bem sucedido evento “Software Aberto na AP”, organizado pela UMIC, funcionou como o culminar de diferente informação disponibilizada nesse âmbito.

A segurança, economia e robustez têm sido referidas frequentemente como características do software *open-source* mas gostaria de salientar neste artigo outros dois aspectos da sua utilização por vezes esquecidos: a **responsabilização** dos fornecedores de soluções de TI e a **flexibilidade**.

Em minha opinião, a (ir)responsabilidade de quem fornece as soluções informáticas é o causador de muitos dos problemas de projectos na AP e não, como se pretende muitas vezes fazer passar, os recursos humanos afectos ao sector público.

Apresento um caso real representativo dessa situação.

A Caixa Mágica Software esteve envolvida no projecto das salas TIC com 15.000 computadores, da responsabilidade do Ministério da Educação.

Face à sua dimensão, e às naturais contingências do sector público, é consensual que o projecto foi bem conduzido pelo GIASE (departamento do Ministério da Educação) tanto na perspectiva técnica, como do processo em si.

Para nada falhar na integração de hardware com o software, os três distribuidores seleccionados disponibilizaram exemplares das suas máquinas para a constituição de um laboratório que serviria para os testes finais do software com o hardware. Tecnicamente, em vez de se utilizar um sistema que reconhecesse automaticamente o hardware envolvido e o configurasse, optou-se por simplesmente fazer três imagens que seriam “despejadas” para cada um dos modelos.

A Caixa Mágica enfatizou em várias reuniões que não deveria haver qualquer mudança no hardware em função da opção técnica que se tinha escolhido para o sistema de reposição dos sistemas.

De repente, começámos a receber mensagens de escolas frustradas afirmando que o teclado não funcionava em Linux, nem era possível repor o sistema. Estranhamente, apenas as escolas servidas por um dos distribuidores de hardware reportavam este problema.

Veio então a descobrir-se que o distribuidor de hardware em questão tinha entregue todo o hardware com novas especificações: teclado e rato USB em vez de PS/2, modelo de CD-ROM diferente e opções da BIOS trocadas.

Prontamente, uma equipa da Caixa Mágica deslocou-se a escolas do Alentejo profundo (Beja, Serpa,...) para verificar e corrigir o problema. Em 48 horas foi produzido software e documentação de correcção ao problema que ficou disponível para os administradores das salas.

Como é que é possível não haver uma responsabilização dos culpados desta situação? Em que medida é que o software *open-source* evita esta falta de responsabilização?

Quando se adquire software proprietário, está a adquirir-se licenças que não são acompanhadas de nenhum tipo de garantia (ver *End-User License Agreement* da Microsoft).

Quando se contrata uma empresa que trabalha e desenvolve software *open-source* está a contratar-se a garantia de como esse software irá funcionar bem, ou seja, o serviço de

personalização, integração e suporte.

Para além das vantagens RESI (robustez, economia, segurança e independência), esta é uma grande diferença. Talvez a diferença entre o projecto correr bem ou mal.

Se em vez de serviço ou suporte, a Caixa Mágica funcionasse com a venda de licenças não faria sentido deslocar-se a Serpa e corrigir problemas gerados por outros. Eles estariam englobados dentro do EULA.

A flexibilidade do software open- source é outra das suas grandes vantagens.

No mesmo projecto das salas TIC deparámo- nos com um problema na autenticação dos clientes Linux Caixa Mágica junto do Windows 2003 Server. Depois de investigado, descobriu- se que o problema derivava do Samba não ter totalmente implementado uma funcionalidade que permitiria montar as áreas dos alunos no momento do *login*. Se o Samba fosse software proprietário isso significaria que era o fim- da- linha. Nesse caso, não seria viável enviar o problema para os Estados Unidos, esperar que de lá fossem emitidas ordens para que um programador na Índia corrigisse o problema a troco de uma malga de arroz e o mesmo fosse integrado no Service Pack 3.

Sendo o Samba *open- source*, começou uma equipa de 3 pessoas da Caixa Mágica a desenvolver essa funcionalidade às 09:00 PM tendo a mesma concluída e testada à 01:00 AM. Foi submetida à equipa coordenadora do Samba. Passadas 8 horas, recebemos um mail a dizer que a contribuição tinha sido aceite e que seria integrada na próxima versão desse software.

Os 180.000 alunos que utilizarão as salas TIC ficaram com o problema resolvido e o resto dos utilizadores Samba dispersos pelo globo lucraram com isso.

A flexibilidade do modelo não é um mito mas mais uma vez pode ser a diferença entre o projecto correr bem ou mal.

A Administração Pública portuguesa já passou por muitas mudanças tecnológicas e sabe bem o custo de não compreender a mudança de paradigma.

Uma mudança bem preparada, sem fundamentalismos e baseada no princípio básico essencial: o melhor software é aquele que mais condições oferecer à sua utilização.